



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA - ALVARÁS**

Processo Digital nº: **1011802-70.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Rosa Batista da Cruz**, brasileira, viúva, aposentada, RG 22.462.412-X-SSP/SP, CPF 081.560.398-31, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Mario Verzola, nº 94, Vila Monte Carlo, CEP 13.572-400.  
 Requerida: **Angélica Almeida da Cruz**, RG 46.251.128-5-SSP/SP, CPF 407.514.398-86, nascida em São Carlos aos 25/07/1989, filha de Rosângela Almeida da Cruz, falecida nesta cidade em 28/05/2016.

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

A requerente pretende a expedição de alvarás judiciais para sacar no INSS resíduos creditórios previdenciários, bem como para sacar saldo existente na conta vinculada do **PIS/FGTS** de nº 161.10565.33-5, e saldo existente na conta bancária, da agência 4470, do Banco ITAÚ, deixados em decorrência do passamento de sua neta requerida, e também para poder regularizar a rescisão de contrato de trabalho perante a empresa NIVALDO CALDEIRA ROCHA - ME. Mandato à fl. 05. Documentos diversos às fls. 06/16 e 18/19.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

A legitimidade da requerente pleitear o levantamento do resíduo do crédito previdenciário, do saldo existente na conta vinculada do **PIS/FGTS** inscrito sob nº 161.10565.33-5, do saldo existente na conta bancária, da agência 4470 do Banco ITAÚ, assim como para poder regularizar a rescisão de contrato de trabalho mencionada na inicial, decorre do passamento de sua neta Angélica Almeida da Cruz, ocorrido em 28/05/2016, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fl. 10), através da qual se destaca que a falecida era solteira, não deixou filhos, nem bens e nem testamento conhecido. Na filiação da requerida constava apenas o nome de sua genitora Rosângela Almeida da Cruz, que faleceu em 04/08/2014 (fl. 11). "Rosângela" era filha da requerente. Portanto, esta é a única herdeira necessária a receber a herança, haja vista do disposto no inc. II, do art. 1.829, do CC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

A requerente é avó materna, portanto, herdeira necessária e hábil a pleitear esses saques assim como para regularizar a rescisão do contrato de trabalho da falecida (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil).

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

**DEFIRO O PEDIDO INICIAL** para conceder **ALVARÁ** para que o **Espólio de Angélica Almeida da Cruz**, a ser representado pelo requerente **Rosa Batista da Cruz** (supraqualificados), possa: **1) sacar** no INSS os valores dos resíduos de créditos do benefício NB 611.454.690-7 (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional); **2) sacar** a integralidade dos créditos existentes na conta vinculada do **PIS/FGTS** inscrito sob nº 161.10565.33-5, existentes na CEF em nome da requerida-falecida; **3) sacar** o saldo existente nas contas e/ou aplicações, da agência 4470, do Banco ITAÚ S/A, em nome da requerida-falecida; **4) assinar** termo de homologação de rescisão do contrato de trabalho da requerida-falecida com a empresa Nivaldo Caldeira Rocha – ME – CNPJ 01.527.553/0001-60, termo de quitação de rescisão de contrato de trabalho e carteira de trabalho e previdência social. Compreendendo a autorização judicial os poderes para a assinatura em papéis e documentos para a consecução desses objetivos, inclusive receber e dar quitação e encerrar mencionada conta/ aplicação bancária. **O Banco deverá entregar à autorizada cópia do termo de encerramento da conta.** Esta sentença valerá como instrumentos de **ALVARÁS** para os fins aqui expressos, devendo o INSS, a CEF, o Banco Itaú S/A e demais instituições lhes darem pleno atendimento. Prazo de validade dos alvarás: 180 dias. Concedo à requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Compete à advogada da requerente materializar esta sentença/alvarás assim que publicada nos autos.

Publique-se e Intimem-se. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 18 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**